



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº DE 2013 (Do Sr. Domingos Sávio)

Altera dispositivo da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 9º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º -

I -

II - Penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia judicial. **(NR)**

III -

IV -

V -

Art. 9º -

V – Oferecer seguro garantia judicial em valor não inferior ao do débito constante da inicial, devidamente atualizado até a data em que for prestada a garantia, acrescida do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor da dívida, descontados os honorários advocatícios, com prazo de validade não inferior a 02 (dois) anos. **(NR)**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§1º -
.....

§ 2º - Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária, do seguro garantia judicial ou da penhora dos bens do executado ou de terceiro. **(NR)**

§ 3º - A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária ou seguro garantia judicial, produz os mesmos efeitos da penhora. **(NR)**

§ 4º -
.....

§ 5º -
.....

§ 6º -
.....

Art. 15 -
.....

I - Ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária ou seguro garantia judicial, e

II -
.....

Art. 16 -
.....

I -
.....

II - Da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia judicial;
(NR)

III -
.....



§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

JUSTIFICAÇÃO

Com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.382/2006 no Código de Processo Civil, o Seguro Garantia Judicial tornou-se meio hábil e idôneo de o devedor garantir as execuções por quantia certa movidas contra o devedor solvente. Inobstante isso, os Tribunais Pátrios, notadamente o Superior Tribunal de Justiça, e os Entes Estaduais e Municipais não aceitam o Seguro Garantia Judicial como modalidade de caução às Execuções Fiscais regidas pela Lei nº 6.830/80, ajuizadas para cobrança de Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.

A principal razão apresentada pelo Poder Judiciário e pelos Entes Estaduais e Municipais reside no fato de que o Seguro Garantia Judicial não está inserido na ordem legal das garantias dispostas no art. 9º da Lei de Execuções fiscais – LEF (Lei nº 6.830/68). Considerando que o citado diploma legal é norma especial que regula o processo executivo fiscal e nele há previsão expressa das garantias que podem ser ofertadas pelo devedor (art. 9º da LEF), o Poder Judiciário afastou a possibilidade de se aplicar, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Civil.

Portanto, o contexto jurídico da questão envolta à aceitação do Seguro Garantia Judicial revela que a referida garantia somente não é aceita, como meio apto a caucionar as execuções fiscais, por falta de previsão legal. Advém daí a necessidade de se alterar a Lei de Execuções Fiscais, para que ela passe a prever, expressamente, a possibilidade de o executado ofertar o Seguro Garantia Judicial, nova modalidade de caução regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), por meio da Circular nº 232, de 03 de junho de 2003.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por fim, cumpre registrar que o Seguro Garantia Judicial atende satisfatoriamente aos princípios da utilidade e da economia da execução (também chamado por alguns autores de princípio da menor onerosidade), os quais exprimem a ideia de que a “execução deve ser útil ao credor” ao mesmo tempo em que “deve realizar-se de forma que, satisfazendo o direito do credor, seja o menos prejudicial possível ao devedor” (lição de Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito de Processo Civil, Volume II, 36ª edição. Editora Forense, 2004, p. 11).

O juízo de legalidade e conveniência da inclusão do Seguro Garantia Judicial já foi realizado pelo Poder Legislativo, que, como se adiantou, aprovou a Lei nº 11.382/2006 e inclui a referida modalidade de garantia no Código de Processo Civil. Além disso, a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional editou a Portaria PGFN nº 1.153, de 13 de agosto de 2009, pela qual regulamentou o oferecimento e a aceitação de Seguro Garantia para débitos inscritos em Dívida Ativa da União. Tais informações demonstram que o Seguro Garantia Judicial é apto a satisfazer o direito do credor, ao mesmo tempo em que revela ser modalidade de garantia menos onerosa ao devedor.

Sala das Sessões, em de abril de 2013.

Deputado Domingos Sávio
Vice-Líder do PSDB